

Novo imposto terá cobrança antecipada

O ministro da Saúde, Adib Jatene, espera que a nova Contribuição sobre Movimentação Financeira para a Saúde (CMF), nos moldes do extinto IPMF, comece a ser cobrada em dezembro ou, no máximo, em janeiro de 1996.

Ao decidir chamar de contribuição o IPMF-Saúde, o governo consegue antecipar a cobrança, possivelmente 90 dias após o Congresso aprovar a proposta — os novos impostos só podem ser cobrados no ano seguinte ao de sua aprovação.

Diferente do IPMF, a CMF, deverá ser permanente. “Eu acho que não terá esse caráter provisório, justamente porque não vai, eu acredito, ficar um tempo”, disse ontem o porta-voz da Presidência da República, Sérgio Amaral.

Segundo Amaral, o novo tributo poderá ser suspenso se a reforma tributária, que será proposta ao Congresso em agosto, resultar em aumento de arrecadação.

Emenda — Depois de quatro meses de negociação com ministros e técnicos, Jatene acredita que finalmente conquistou o consenso no governo durante reunião convocada pelo presidente Fernando Henrique, na

quarta-feira.

“Ficou acertado que de fato a proposta da CMF atende às necessidades, é perfeitamente defensável e que o governo vai encampar essa proposta”, contou.

Os recursos gerados pela CMF serão acrescidos ao Orçamento, de onde serão repassados ao Ministério da Saúde. Para dar forma legal ao CMF, o governo, de acordo com Jatene, enviará ao Congresso, no início de agosto, uma emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 1996 garantindo que os recursos arrecadados pela CMF estarão vinculados à Saúde.

Todo o esforço se volta, então, para a proposta de emenda constitucional do senador Antônio Carlos Valadares (PP-SE), que cria a CMF para a saúde por um período de dois anos nos moldes do IPMF (cobrança de alíquota de 0,25% sobre movimentações financeiras).

Se aprovada a CMF, o governo pretende obter, ainda este ano, um empréstimo de R\$ 1 bilhão do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para reajustar emergencialmente, em 40%, a tabela de pagamento dos serviços médicos conveniados.

Jorge Cardoso



Animado com a aprovação da CMF, Jatene acredita ter obtido o consenso do governo depois de quatro meses de negociação